

# Desafios para o Litoral Norte



**Desenvolvimento** A permanente discussão em torno das políticas públicas para municípios e estados esbarra na fragmentação de interesses entre os diferentes públicos de uma região. Enquanto isso, o desenvolvimento de um território significa aproveitar

suas potencialidades em harmonia com os moradores. Um espaço que patina nesse quesito é o Litoral Norte, onde a economia é muito baseada no veraneio. A diversidade local, porém, mostra que há muito a ser explorado com sustentabilidade e distribuição de renda.

Nesse sentido, o Câmpus Litoral Norte da UFRGS pode contribuir para o debate do desenvolvimento regional, assim como pretende formar estudantes que eventualmente queiram permanecer na região. *CadernoJU*

## ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

### Nova portaria causa incertezas

A Portaria 193, publicada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no mês passado, disciplina a movimentação de servidores e empregados da administração direta, de autarquias e de fun-

dações. Ainda não há clareza sobre como se dará a aplicação da normativa, que sofre críticas por conta da ausência de amplo diálogo para sua implantação e da falta de um diagnóstico prévio. **P3**

## VESTIBULAR

### Shakespeare em cena

O dramaturgo inglês William Shakespeare, que encerra a série do JU *Leituras Obrigatórias 2019 – Novos Autores*, é o primeiro escritor estrangeiro da prova de Literatura em Língua Portuguesa do

vestibular da UFRGS. O “bardo” criou tipos que representam os sentimentos humanos mais básicos. Em *Hamlet*, a ausência de narrador é um convite à imaginação do leitor. **P9**

## MIGRAÇÃO

### Vastidão de refugiados na crise



**P6**

## Cadastro Positivo

*Projeto de lei pode reduzir os juros e ampliar a oferta de crédito* **P5**

## Entrevista

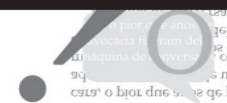
*Milton Barbosa fala sobre as lutas do Movimento Negro Unificado* **P7**

## TRADUÇÃO

Estudantes têm a oportunidade de vivenciar atuação profissional

**P8**





## Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann  
Reitor

# Um legado para a cultura

O Câmpus Centro da UFRGS faz parte da história da Universidade e de Porto Alegre. Prédios construídos em diferentes períodos simbolizam as transformações pelas quais a nossa sociedade vem passando nos últimos 130 anos. A ideia de preservá-los como patrimônio histórico é símbolo de resistência à tentação de criar novos espaços com o apagamento do passado. O conjunto arquitetônico compõe hoje, com o Centro Histórico da capital, um legado ainda a ser mais bem explorado por nossa comunidade.

Dentro dessa perspectiva, entregamos à cidade, no dia 20 deste mês, o prédio da antiga Escola de Engenharia Química. O edifício passou por um trabalho primoroso de restauro, que teve como norte preservar suas características, ao mesmo tempo que propicia agora uma nova utilização. Em momentos tão difíceis como o atual, com enorme corte de verbas, concluir uma obra de tamanha relevância deve ser motivo de orgulho para todos nós.

Recentemente, uma pesquisa nacional mostrou Porto Alegre como a cidade que mais demanda atividades culturais no país, o que apresenta uma necessidade muito grande de locais públicos

dedicados a manifestações artísticas e culturais. Assim, a UFRGS destinará um espaço nobre ao desenvolvimento de atividades importantes em áreas estratégicas não só para a própria Universidade, mas também para sociedade.

O prédio restaurado abriga o Centro Cultural da UFRGS, um lugar voltado para a promoção das artes e da cultura tanto da comunidade interna quanto externa. Dessa forma, ampliamos as opções já tradicionalmente oferecidas pelo Salão de Atos. Auditórios, salas, saguões, galerias, espaços de exposição e de convívio estarão à disposição dos interessados em promover oficinas artísticas, atividades literárias, exposições, audições, performances, debates e tantas outras manifestações. Cada um desses espaços receberá o nome de uma árvore típica do Rio Grande do Sul, em analogia a um dos principais propósitos da iniciativa: valorizar a produção local.

É em seu caráter multiuso que o Centro Cultural cumpre parte importante de seu papel. Supre uma necessidade que a UFRGS e a cidade têm. Sem dúvida, deverá se constituir em importante referência para atividades artísticas e culturais, sem contar o fato

de ser um novo local de convívio no Câmpus Centro.

Ao criar o Centro Cultural, a UFRGS ratifica sua natureza pública e sua missão de manter ampla e diversificada interação com a população. Constitui-se, assim, fator de integração da cultura nacional e de formação de cidadãos, o que estimula o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética na comunidade universitária.

Fica aqui o reconhecimento aos nossos servidores responsáveis pela restauração do prédio. A paciência, a perseverança e muita competência desse grupo tornaram possível realizar mais um sonho de muitos. Também fica o agradecimento às pessoas físicas e jurídicas que, com suas doações, mantiveram o fluxo de caixa que assegurou a continuidade da obra. Reconhecemos, ainda, as verbas governamentais que garantiram os recursos essenciais para o trabalho de restauração.

Desejamos que a comunidade universitária e a cidade acompanhem a programação do Centro e se sintam à vontade para propor atividades. Esperamos, ainda, que continuem dando seu apoio ao nosso projeto de restauração dos prédios históricos da UFRGS.



**Extensão: ação transformadora**  
**28 a 31 de agosto**  
**Campus Centro**



## Carta aos leitores

A reflexão acerca do papel de uma universidade pública é – e, mais que isso, deve ser – parte do cotidiano daqueles que atuam numa instituição do gênero. Considerando que um jornal como este que preparamos a cada mês se pretende uma ligação da UFRGS com o mundo por meio da proposição de reflexões pertinentes sobre a atualidade e, ao mesmo tempo, uma forma de retorno social, trazer este tema é, para além de um princípio, um imperativo.

Nesse sentido, a presença da Universidade no litoral norte do Rio Grande do Sul é uma questão a ser periodicamente revisitada. Não só essa é uma forma de estarmos atentos e atualizados sobre a empreitada à qual a instituição se lançou há quatro anos, mas também é uma maneira de atuarmos no sentido de provocar os atores sociais envolvidos nessa relação para que façam pausas reflexivas em suas atividades. Motivados por essa possibilidade é que fomos até a região cuja realidade é tão particular. O resultado é um Caderno JU que traz pontos de vista de instituições e pessoas que levantam problemas e propõem alternativas no sentido de promover o desenvolvimento regional.

A chegada do 36.º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, realizado na

UFRGS neste mês, nos faz olhar com ênfase para esse aspecto da atuação institucional. Por isso, trazemos uma reportagem sobre a empresa júnior que serve para estudantes de Letras entenderem o mercado de tradução no qual pretendem se inserir. Num outro viés, fizemos o perfil do servidor José Luis Machado, integrante do corpo técnico-administrativo da UFRGS que utiliza sua experiência em projetos de extensão como material de pesquisa e insumo para seu trabalho no Centro de Processamento de Dados (CPD). A programação cultural também é espaço importante nessa relação com a comunidade externa: a Agenda traz como destaque a décima edição do Festival de Violões da UFRGS, que oferece concertos gratuitos com músicos internacionais; e o Ensaio apresenta uma seleção de fotos de artistas que já passaram pelo Unimúsica acompanhada de uma reflexão sobre a cena e o inesperado que a caracterizam.

Para compor a edição, ainda, abordamos um tema de interesse direto para todos os servidores públicos: a partir de pontos de vista do governo, de entidades de classe e da Universidade, uma matéria discute a portaria do Ministério do Planejamento que permite a movimentação de profissionais entre os espaços da administração.

Para tratar de uma temática cotidiana de todos os cidadãos, mas que ainda motiva pouco debate, apresentamos artigo sobre uma nova forma de registro do histórico de pagamento de dívidas de pessoas físicas e jurídicas, o que altera a lógica do mercado de empréstimos.

Além disso, o professor Marcelo Câmara faz um relato do que presenciou em sua passagem pela região grega próxima do Mar Egeu para onde convergem fluxos de imigrantes. Em entrevista, Milton Barbosa analisa os 40 anos de luta do Movimento Negro Unificado, do qual é um dos fundadores, e que ainda se mostra atual. São muitas as lutas e muitos os espaços a conquistar, ainda, para essa parcela da população nacional. No encerramento da série sobre os autores cujas obras foram incluídas nas leituras obrigatórias do Vestibular 2019, uma análise sobre a atemporalidade da obra do dramaturgo inglês William Shakespeare. E, finalmente, na sessão Meu Lugar na UFRGS, a professora aposentada Elaine Fachin, nossa leitora, nos procurou para contar sobre sua relação com a Faculdade de Odontologia, cuja biblioteca ela adotou como espaço de relação com a profissão pela qual tem apreço.

Boa leitura!





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91004-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Vice-reitora**  
Jane Fraga Tutikian  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
André Iribure Rodrigues  
**Vice-secretária de Comunicação Social**  
Édina Rocha

**JORNAL DA UNIVERSIDADE**  
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
E-mail: jornal@ufrgs.br  
**Conselho Editorial**  
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer  
**Editor-chefe** Everton Cardoso  
**Editora-executiva** Jacira Cabral da Silveira  
**Editor-assistente** Felipe Ewald  
**Repórteres** Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein  
**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)  
**Diagramação** Carolina Konrath  
**Repórter fotográfico** Gustavo Diehl, Flávio Dutra e Rochele Zandavalli  
**Revisão** Antônio Falcetta  
**Bolistas (Jornalismo)** Bárbara Lima, Emerson Trindade Acosta e Vanessa Petuco  
**Estagiário** Henrique Moretto  
**Circulação** Cristiane Lipp Heidrich  
**Impressão** Gráfica da UFRGS  
**Tiragem** 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.




[jornaldufrgs](http://jornaldufrgs.com.br)





# Regramento controverso

**Administração Pública** Nova portaria editada pelo governo federal no mês de julho gera insegurança entre servidores

A publicação da Portaria 193 pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no mês passado gerou incertezas entre servidores e órgãos da administração. Trata-se de normativa que disciplina a movimentação de servidores e empregados da administração direta, de autarquias e de fundações.

Ainda que apenas regule algo que já estava previsto na Lei n.º 8.112/90, a portaria concede ao ministério a decisão final sobre a organização de servidores para compor força de trabalho. O ponto mais polêmico encontra-se no artigo 3.º, no qual consta que a alteração do órgão de exercício tem caráter irrecusável e não depende da anuência prévia do órgão ou da entidade ao qual o indivíduo está vinculado.

O presidente da Adufrgs-Sindical (Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul), Paulo Machado Mors, alerta que o que está sendo determinado é uma alteração irreversível da relação laboral entre servidor e Estado, à revelia daquele e, também, de seu órgão de origem. Ele questiona a constitucionalidade da medida.

Em seu site, no entanto, o ministério esclarece que o interesse do

servidor deverá ser considerado na aplicação da norma. De qualquer forma, Paulo avalia que “remover um docente, deixando alunos, colegas de pesquisa e projetos de extensão privados de sua colaboração, só se entenderia num contexto muito específico e com a concordância de todos os atores envolvidos”.

**Autonomia** – O grau de incerteza despertado pela portaria provém do fato de ter pego todos de surpresa. “A gente não sabe como vai funcionar na prática. Nunca vi uma movimentação, no âmbito da Universidade, feita pelo instituto da composição da força de trabalho”, relata o advogado Thiago Schneider, da assessoria jurídica da Assufrgs (Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS). Ele ressalva, de todo modo, que a Universidade tem uma autonomia prevista na Constituição, o que a torna diferente no âmbito do serviço público. Isso, em princípio, limitaria a utilização da portaria.

Em sua avaliação, a normativa foi motivada pelo atual esvaziamento de órgãos, como a Infraero e a EBC. “Isso deixou um pessoal sobrando. Sei que alguns servidores da Infraero foram redistribuídos para a AGU, por exemplo. Talvez

tenha sido essa a finalidade da portaria, e não a sua utilização com determinações autoritárias”, sugere.

Caso a aplicação do instrumento seja estendida de fato a toda a administração, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) acredita que isso poderá ter impacto positivo na UFRGS se houver recebimento de servidores para compor a força de trabalho. Segundo o órgão, “a Universidade tem solicitado, reiteradamente, ao Ministério da Educação, ampliação de seu quadro de pessoal, devido à defasagem histórica. Há um grande quantitativo de demandas de pessoal registradas na Progesp que refletem uma necessidade de ampliação do quadro para atender às atuais demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão”. A situação é agravada pela impossibilidade de reposição, por meio de concurso público, de diversos cargos ativos de nível C, D e E que foram extintos ou impedidos de provimento pelo Decreto 9.262/2018.

**Diagnóstico** – O professor do curso de Administração Pública Aragon Dasso Júnior opina que, antes de regulamentar a ferramenta da movimentação, o governo deveria ter dados claros sobre a

sua força de trabalho. Ela, então, deveria ser consequência de um diagnóstico prévio, o que é apoiado pelo assessor jurídico da Assufrgs: “A portaria é editada quando se reconhece a necessidade, quando se identifica a falta de dimensionamento”.

Por meio de sua assessoria, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão esclarece que está em implementação – no momento, em cinco órgãos – um projeto de dimensionamento da força de trabalho que tem o propósito de determinar a quantidade de pessoas necessárias para realizar as atividades. “A proposta é usar uma nova metodologia para melhorar a qualidade e a eficiência do serviço público a partir da obtenção de informações mais seguras sobre a força de trabalho e as necessidades futuras de concursos públicos”, esclarece por e-mail.

Aragon objeta que há um déficit de legitimidade na forma como se deu o processo: “Para regulamentar um tema tão delicado, deveria ter sido feita uma ampla discussão. Compreendo que o instrumento da portaria não é o ato administrativo correto; deveria vir por meio de um decreto presidencial, para dar maior visibilidade e debate”.



MULTIPONTO

## Por um mundo sem barreiras

Todos os anos, milhares de migrantes e refugiados chegam ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Enquanto os primeiros se mudam dentro do próprio país ou além de suas fronteiras por iniciativa própria, os refugiados fogem de suas terras por conta de sua etnia, religião, nacionalidade, convicção política ou pertencimento a certo grupo social.

O conceito de refugiado nem sempre existiu nos dicionários, e o surgimento do termo está ligado aos primeiros conflitos envolvendo migração forçada. “Ao longo da história, a humanidade sempre se moveu. E se movimentava sobre a superfície da Terra sem cercas, sem divisas”, reflete Nelsinho Metalúrgico, presidente da Frente Parlamentar de solidariedade aos imigrantes e refugiados do RS. “As convenções é que estabeleceram essas divisões, e isso não pode ser uma barreira para que as pessoas procurem um lugar bom, um lugar onde se sintam felizes e onde possam se realizar.”

Conforme o mestre em direito pela UFRGS Daniel Braga Nascimento, a imprevisibilidade é um elemento comum entre as causas que levam um indivíduo a deixar seu país: “Essa questão trata do futuro incerto em que a gente vive. Quando olhamos para os países que geram fluxos de refugiados, como a Síria ou a Venezuela, são países que eram estáveis. E de repente o conflito surge, e as pessoas se veem forçadas a migrar”.

Procurando entender um pouco melhor a situação de migrantes e de refugiados no Brasil, o Multiponto conversa com pessoas que vieram de outros países, com pesquisadores e com representantes da universidade, do poder público e de instituições de apoio.

Júlia Flor,  
estudante do 5.º semestre de  
Jornalismo da UFRGS

**Assista ao programa**  
O programa Multiponto sobre Imigrantes e Refugiados vai ao ar no dia 15 de agosto, na UNITV, canal 15 da NETPOA, às 23h, e pode também ser assistido ao vivo em [www.unitv.tv.br](http://www.unitv.tv.br).

## MORADIA

### Memórias de uma casa

Até o final deste mês, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul apresenta a exposição Memórias do Espaço Vivido: a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA), que reúne autobiografias escritas pelos candidatos no momento da inscrição para o processo seletivo da Casa, cartas das famílias enviadas aos moradores, poemas de autoria dos estudantes, fotografias, recortes de jornal, livros e revistas.

**História** – A CEUACA foi fundada em 1934 por um grupo de estudantes da então Faculdade Livre de Direito, ano em que a unidade acadêmica seria incorporada à Universidade de Porto Alegre, embrião das UFRGS. A iniciativa articulou alunos de distintos cursos, além de instâncias do poder público e da sociedade civil a fim de arrecadar fundos para o projeto de uma Casa do Estudante Pobre. Os primeiros anos da instituição foram caracterizados por sucessivas mudanças de sede, já que a Casa funcionava em imóveis cedidos ou alugados. Em 1944, a família de Aparício

Cora de Almeida doou um amplo prédio para a entidade, situado na Rua Riachuelo, no Centro da capital. A cessão foi um ato simbólico em memória do filho do casal, que militava na causa estudantil, morto em 1935 em circunstâncias nunca esclarecidas.

Por mais de 80 anos, a CEUACA funcionou como uma cooperativa estudantil – sem vínculo com nenhuma instituição de ensino superior –, responsável pela administração da Casa e pela captação de recursos que permitiam a sua existência. Em agosto de 2014, deteriorado pela ação do tempo, o local foi interditado. Mediante negociação com o Governo do Estado e com o Ministério Público, chegou-se a um acordo sobre a reforma e os estudantes foram realocados para diversos imóveis na região central de Porto Alegre, mediante pagamento de aluguel social. A reforma, porém, não ocorreu, e os moradores estão na eminência de serem despejados, pois o atual governo deixou de repassar os valores do aluguel aos proprietários das locações.



PAULO BEVILAQUA/REPRODUÇÃO

**Seminário** – Nos dias 23 e 24 de agosto, haverá o seminário Os Passados que habitam o nosso presente: memória, patrimônio, acervos. O encontro propõe uma reflexão sobre as interfaces entre memória, educação, acervos públicos e privados, patrimônio, cultura e organização estudantil. Ambas as atividades são uma realização conjunta do PPG em Educação e Pró-reitoria de Extensão da UFRGS, Arquivo Histórico do RS, GT História da Educação da ANPUH-RS, com o apoio do Memorial do Rio Grande do Sul e do

Museu da UFRGS. No dia 23 será exibido O lugar onde a Casa Mora [2017, 36min], documentário independente realizado por Débora Wobeto, Marcos Hinterholz e Renata Costa Soares, que traz as histórias de vida de seis ex-moradores. O seminário ocorrerá no Memorial do RS, das 18h30 às 21h e tem inscrições gratuitas pelo site [www.bit.ly/seminariomemoria](http://www.bit.ly/seminariomemoria). A visitação à exposição pode ser realizada de terças a sábados, das 10h às 18h, no Memorial do RS (Sete de Setembro, 1.020), com entrada franca.





# Por uma política acadêmica

**Ensino superior** Educadora afirma que dominar o conteúdo e saber fazer pesquisa não é suficiente para a atuação docente na universidade

Jacira Cabral da Silveira

São 52 anos de magistério com atividade acentuada no ensino superior. Maria Isabel da Cunha estudou Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) nos anos da ditadura militar. Sua carreira docente começou ainda nos anos 1970, como coordenadora pedagógica de uma escola polivalente do Premem (Programa de Extensão e Melhoria do Ensino) também em Pelotas. Na Unicamp, de 1985 a 1988, durante o doutorado em Educação, foi aluna de Paulo Freire, Maurício Tragtenberg e Dermeval Saviani: “Nomes influentes na questão do pensamento crítico; me formei um pouco nessa lógica”. Ao longo de sua trajetória, dos quais 17 anos foram de exercício docente no PPG Educação da Unisinos, tornou-se referência em pedagogia no Ensino Superior. Em julho deste ano, Maria Isabel participou da reunião da ANPEd Sul (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), realizada na UFRGS, e falou com a equipe do JU.

**Quando inicia a sua relação com o tema da pedagogia no ensino superior?**

Por intermédio da vida sindical, me envolvi com a Constituinte: buscávamos fazer valer na Constituição a ideia da universidade integrando pesquisa, ensino e extensão, a par e passo com a luta pela eleição de reitores. Nessa época – estávamos em 1989 –, me vi pró-reitora de graduação na UFPel, que, desde o seu início, teve a eleição para reitor realizada pelo sistema de paridade. Chamo esse momento de day after, pois me questionava: ‘o que vou fazer com essa batata quente nas mãos’. Pensava o que fazer com o discurso da indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão. Era um conceito aceito, mas pouco discutido, como até hoje ainda é. A partir daí, o campo da pedagogia universitária passou a ser o meu foco. As políticas são o pano de fundo, mas o meu objeto é a prática pedagógica.

**Que perguntas os alunos de áreas que não a Educação fazem em aulas de pedagogia no ensino superior?**

Paradoxalmente, na universidade, são os professores dessas áreas os mais interessados quando se faz formação pedagógica. Por vezes, o pessoal das ciências humanas e da educação acha que já sabe tudo. Os outros alunos trazem uma curiosidade grande de como melhorar suas práticas, porque, de fato, o professor universitário, grosso modo, não tem formação para ser profissional de ensino. Se tu pensas numa compreensão



GIUSTINO DIEHL/SECOM

de docência como transmissão da informação, eles são capazes, porque têm um bom domínio do conhecimento e algumas habilidades de comunicação. Para mim, o papel do professor depende da instituição em que trabalha: se a compreensão é a de transmissão do conhecimento historicamente acumulado, o professor que desejamos é um erudito.

**Este é um momento de mudança de paradigma pedagógico?**

Uma coisa é a informação, outra é o conhecimento. E conhecimento pressupõe a ideia da cultura, da questão do sujeito que aprende. O papel do professor passa a ser mais uma ponte entre a informação e as estruturas culturais, afetivas e psicológicas do estudante.

**Dizes que o papel do professor universitário passou da lógica de “quem sabe fazer sabe ensinar” para a de “quem sabe pesquisar sabe ensinar”. Por que consideras esta uma escolha equivocada?**

Porque é muito difícil ensinar algo que nunca fizeste. Muitos dos nossos professores têm uma formação meteórica: graduação, mestrado, doutorado. Depois, fazem concurso para professor, mas ninguém contou a eles que seriam professores, porque a lógica da formação é toda na pesquisa. Isso veio um pouco com o rescaldo da ideia de transformar a universidade brasileira em instituição de pesquisa. Até a Constituição de 1988, era uma universidade de ensino. Com ela, definiu-se a indissociabilidade entre ensino,

pesquisa e extensão. Então, muda a ideia de professor, que é muito mais recrutado por seus saberes na pesquisa do que pelos saberes profissionais do fazer. Isso é complicado, porque temos jovens professores que não têm os saberes do ensino e também não têm exercício na profissão que ensinam. Ouvindo um grupo de professores iniciantes na Odontologia, um dizia: ‘por sorte, um dos nossos colegas tem consultório, então ele passa muitos exemplos que posso dar pros meus alunos’. Isso que o curso de Odontologia tem uma parte prática significativa de formação!

**E a questão da dedicação exclusiva não agrava esse contexto?**

Esse é um discurso que eu tam-

bém ajudei a fazer, que é a questão da dedicação exclusiva como mote de qualidade. A dedicação exclusiva tolhe, muitas vezes, o professor de ter vivência na sua área concreta. Na minha geração, esse fazer vinha antes. Comecei como professora primária, depois professora de ensino médio, então, quando eu chego à universidade, tenho um estoque de experiências.

**Como as políticas de cotas e de inclusão impactam na prática docente?**

Alguns trabalhos apresentados na ANPEd vão nesse sentido, tanto a questão das estatísticas de taxas de sucesso – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Programa Universidade para Todos (Prouni) – quanto as causas. Do ponto de vista pedagógico, junto com essas medidas nas universidades públicas, especialmente no caso do Reuni – em que pese a portaria mencionar a formação docente para esse tipo de público –, as universidades foram muito atropeladas em relação ao tempo para fazer a implantação dessas medidas. Por vezes, penso que deva ser assim mesmo, porque, se fosse muito demorado, não iria acontecer. Mas elas ficaram preocupadas com a estrutura física e não houve uma discussão sobre o que essa expansão significava em termos de cultura de processo de ensino-aprendizagem. Quando perguntamos a um docente por que ele fez concurso para a universidade, ele responde: ‘Porque é lugar de fazer pesquisa’. E eles encontram uma realidade para a qual não têm instrumentos para trabalhar.

**Mas cabe somente ao professor essa tarefa?**

Há uma tendência de culpabilizar o professor nesse processo. Ele é a peça-chave, mas devemos pensar ainda na responsabilidade institucional. As instituições deveriam pensar em termos de currículo ou de propostas que dessem alguma condição aos estudantes cotistas. Lembro que, quando comecei a trabalhar na universidade, tínhamos uma disciplina obrigatória sobre metodologia do estudo para todos os cursos. Parece prosaico, mas é ensinar a estudar, a organizar sua agenda, a como fazer um resumo ou uma apresentação oral. Essa seria uma medida institucional. Lembro-me de uma experiência do professor Dante Lucchesi, da Universidade Federal da Bahia: todo o primeiro semestre de todos os cursos era para os estudantes conhecerem e discutirem o que é universidade, o que é ciência. Era uma introdução à universidade.



# As implicações econômicas do novo Cadastro Positivo

Giácomo Balbinotto Neto\*  
Tatiana Barcellos Giacobbo\*\*

Nas últimas semanas, o tema do Cadastro Positivo voltou a ser muito discutido na imprensa, principalmente devido ao Projeto de Lei (PL) 441, que modifica a atual sistemática vigente no Brasil desde 2011, conforme a qual a adesão ao cadastro não é automática, e sim mediante a autorização dos compradores (opt in). A mudança na legislação proposta pelo projeto altera o cadastro para o sistema opt out, ou seja, todos os tomadores de crédito passarão a constar, a menos que solicitem a sua exclusão. Tal modificação tem como finalidade reduzir os juros no sistema financeiro, ampliar a oferta de crédito, principalmente aos consumidores, diminuir o grau de inadimplência, aumentar a concorrência bancária e reduzir o endividamento dos consumidores. Essas medidas visam aumentar a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), promovendo uma melhor alocação dos recursos entre os poupadores e os credores e gerando um ambiente mais competitivo no sistema financeiro.

O Cadastro Positivo é uma modalidade de banco de dados que registra todas as operações realizadas a crédito por uma pessoa física ou jurídica, inclusive aquelas que são quitadas com adimplemento. Salienta-se, porém, que, embora sua denominação seja “positivo” e tenha por objetivo registrar as operações pagas conforme o pactuado contratualmente, as operações de crédito com inadimplência também constam em seu histórico. Isso

reduz os custos de default (descumprimento de qualquer cláusula importante de um contrato que vincula devedor e credor) da análise de crédito das operações financeiras. Dessa forma, o Cadastro Positivo busca contribuir para a redução do risco e da assimetria de informação nas operações de concessão de crédito e para a possibilidade de se atribuir uma taxa de juros mais adequada a cada operação creditícia. Ferramenta oposta ao Banco de Dados de Maus Pagadores, o Cadastro Positivo tem como finalidade precípua a redução da taxa de juros para o tomador do empréstimo que tenha um histórico de “bom pagador”, isto é, que pague as suas contas em dia. Tal medida reduz o risco moral das operações de crédito, ampliando os elementos para a administração do risco pelas instituições financeiras, que podem, assim, cobrar taxas de juros mais baixas de cada consumidor em suas operações, e não mais penalizar todos os tomadores de crédito pela utilização de uma taxa de juros uniforme.

As evidências internacionais indicam que, através dos bureaux de informações creditícias, as instituições concessoras de crédito podem aumentar seu escopo de dados sobre os indivíduos e empresas que desejam obter crédito. Quando não há o compartilhamento do banco de dados, cada participante do mercado possui apenas um pedaço do histórico de crédito dos clientes. Compilando e reunindo todas essas informações isoladas em um único sistema de dados, fica mais claro, aos concessores de crédito, saber o risco que estão

assumindo ao emprestar a determinada pessoa física ou jurídica, e a alocação do crédito, por conseguinte, se torna mais eficiente. Além disso, instaurar o Cadastro Positivo como mecanismo de análise de crédito qualifica, uma vez que esta permite aumentar o volume de crédito, diminuir o grau de inadimplência e aumentar a produção e o grau de intermediação financeira e, desse modo, contribuir para gerar maior riqueza e prosperidade.

De acordo com os estudos de Djankov, McLiech e Shleifer, a presença de registros de informações de crédito está relacionada à disponibilidade de crédito como percentual do PIB. Quanto mais completas as informações presentes nos bancos de dados de crédito, por conseguinte, maior se espera que seja o volume de crédito doméstico ofertado ao setor privado em relação ao PIB. Já Japelli e Pagano destacam que quando há melhor avaliação de risco, que ocorre através do compartilhamento de informações no sistema financeiro, é possível “separar o joio do trigo” e cobrar mais dos “maus” e menos dos “bons”. Desse modo, a melhoria na precificação dos clientes leva a uma taxa de juros mais adequada e eficiente em termos de alocação dos recursos para o crédito, seja pelo aumento no volume de recursos disponibilizados, seja pela redução na taxa de juros. As informações positivas têm poder preditivo significativo na determinação de padrões. Com informações positivas, em qualquer nível de risco ou inadimplência os bancos podem aumentar o número de empréstimos. Os registros de crédito fortes

reduzem a sensibilidade das empresas ao fluxo de caixa disponível na tomada de decisões de investimentos. Isso implica restrições financeiras menores em países com registros de crédito mais desenvolvidos. O intercâmbio de informações reduz os pagamentos em atraso dos mutuários. Esses efeitos são particularmente fortes para as empresas que são “informacionalmente transparentes” e de maior risco (empresas novas). Os operadores de crédito tendem a conceder empréstimos menores, de curto prazo, e mais garantias. Evidências internacionais também indicam que o compartilhamento de informações entre os credores atenua a seleção adversa e o risco moral. Os empréstimos bancários são maiores e o risco de crédito é menor nos países em que os credores compartilham informações, independentemente da natureza pública ou privada e do mecanismo de partilha de informações.

Assim, com a aprovação da PL 441, esperamos que as modificações que serão introduzidas no Cadastro Positivo no Brasil possam trazer benefícios para todos os envolvidos na tomada de crédito: os consumidores que cumprem seus compromissos financeiros, as instituições financeiras, na avaliação de riscos, e as entidades reguladoras, que terão os dados completos para fazer as fiscalizações necessárias.

\*Professor no Programa de Pós-graduação em Economia /UFRGS  
\*\*Mestre em Economia/UFRGS







# Desafio à solidariedade

Marcelo Argenta Câmara\*

À primeira vista, parecia ser apenas um grande depósito de lixo a céu aberto. Mas essa quase interminável sucessão de coletes salva-vidas é um inusitado testemunho de um dos mais dramáticos episódios recentes do conturbado cenário global: a crise dos refugiados de 2015-2016 na Europa. Estamos em Lesbos, ilha grega localizada a poucas milhas da Turquia, e aqueles coletes vestiram os corpos de homens e mulheres, adultos, idosos e crianças que cruzaram as águas do Mar Egeu na esperança de encontrar um recomeço para suas vidas na ansiada prosperidade europeia. Ainda hoje, a vida da ilha segue marcada pelo drama e pela esperança que cercam a epopeia dessas milhares de pessoas que seguem arriscando suas vidas, empoleiradas em embarcações precárias em busca de um porto seguro no continente europeu.

Minha presença naquele lugar era o “bônus” inesperado de uma viagem proporcionada pelo programa Erasmus+, da União Europeia, pelo qual se construiu o acordo interinstitucional entre os departamentos de Geografia da UFRGS e da University of the Aegean, na Grécia. Digo inesperado porque, ainda que soubesse da presença dos refugiados e que visitar os campos onde eles se encontravam fosse parte do plano de trabalho, a real dimensão do problema me era completamente desconhecida até pisar em Mytilene, capital da ilha, e dialogar com acadêmicos, voluntários e funcionários de ONGs que trabalham com essa população. A dramaticidade da situação se sobressai de imediato, e é impossível passar incólume por ela.

Parte da surpresa também se deve ao fato de que, ao contrário do que o noticiário centrado no sul do Mediterrâneo sugere, a maior parte do fluxo de refugiados que chegou à Europa em meio à crise o fez pelo Egeu, especialmente sírios, curdos, afegãos e iraquianos, que tomam a Turquia como ponto de travessia. As poucas milhas que separam a costa turca dessa ilha grega tornou-a um dos principais destinos de imigrantes. Estima-se que aproximadamente 50% do mais de um milhão de pessoas que buscaram refúgio no continente europeu em 2015 o fizeram por meio da ilha de Lesbos.

Superar a dramática travessia e a chegada à ilha configuram apenas o começo de um longo período de espera pelo status oficial de refugiado – um lento processo burocrático que pode durar até dois anos. Ao longo desse tempo, essas pessoas ficam confinadas à ilha, a grande maioria no campo de Moria, ao norte de Mytilene, situado num antigo centro de detenção que passou a abrigar os imigrantes quando a crise bateu às portas da ilha. Originalmente projetado para receber até 3.000 pessoas, abriga hoje uma população que já ultrapassa 7.000 indivíduos, sem falar nos “fantasmas” não registrados que orbitam entre os contêineres e as barracas que servem de moradia. Lugar de condições precárias e, em boa medida, desumanas, Moria é um ponto de passagem obrigatório mesmo para quem não vive ali, já que é o local onde são realizados os trâmites para a regularização da situação dos imigrantes.

Lutar por condições mais dignas para essa população já suficientemente abateda é o sentimento que une uma série de

iniciativas locais e regionais que travam diariamente uma luta aguerrida em que enfrentam resistências e oposições de diferentes setores. O controverso acordo de apoio financeiro por um maior controle no fluxo de imigrantes assinado entre a União Europeia e a Turquia fez com que o número de pessoas que atravessam o Egeu em busca de refúgio fosse drasticamente reduzido. Ao mesmo tempo, internamente as iniciativas autônomas de apoio a essas pessoas passaram a ser cerceadas e até mesmo proibidas. Ainda assim, dezenas de voluntários se distribuem em diferentes organizações, lutando bravamente para melhorar as condições vividas por essa população que representa o elo mais frágil em uma intrincada cadeia de eventos globais.

Um bom exemplo é o caso de Pikpa, campo gerenciado pela organização Lesbos Solidarity, com capacidade para 100 imigrantes, mas que já chegou a abrigar mais de 300 pessoas em momentos de necessidade. Instalado num antigo retiro de verão escolar, em meio a um bairro de classe média alta valorizado pelo turismo, o campo de Pikpa é uma antítese de Moria, oferecendo condições humanamente dignas a seus moradores. Infelizmente, essa iniciativa vem sendo combatida pelos hotéis próximos, preocupados com o indesejado fluxo de imigrantes no bairro. A campanha #savepikpa tenta evitar que essa bela iniciativa seja perdida.

Outras organizações de voluntários, tais como a Mosaik, One Happy Family e No Border Kitchen, oferecem apoios, como oficinas, aulas de idiomas europeus, refeições, acesso a redes wi-fi, entre

outros. A ilha possui ainda o campo de Kara Tepe, administrado pela municipalidade de Mytilene, com capacidade para mil pessoas.

O drama dos refugiados nos coloca diante de uma situação de extrema complexidade, na qual se confundem e se sobrepõem situações e processos de distintas ordens de grandeza e escalas. Interpretá-lo exige apropriar-se de um amplo leque de temas. O confinamento de milhares de imigrantes de distintas nacionalidades em um campo de dimensões limitadas, vivendo sob intensa pressão psicológica, eleva as tensões, por vezes agravadas por rivalidades e ressentimentos impressos há gerações na memória daquelas pessoas.

Os conflitos em que seus países de origem estão submersos nos mostram a fragilidade dos fundamentos de uma ordem internacional que justifica a violência em prol do mercado. A longa espera a que essas pessoas são submetidas nos impõe uma reflexão sobre o direito ao movimento, noção que não se reflete no que diz respeito ao fluxo de pessoas. Os acordos entre a União Europeia e a Turquia completam o quadro com um polêmico ingrediente geopolítico.

Todas essas diferentes situações se encontram em Mytilene, fazendo com que esse intercâmbio de caráter acadêmico ganhasse a intensidade das grandes vivências. Um necessário choque frente a essa dura realidade que nos impõe uma reflexão sobre qual Geografia estamos construindo no mundo atual.

\* Professor do Departamento de Geografia da UFRGS

MARCELO A. CÂMARA/ ARQUIVO PESSOAL







# Uma história de luta e conscientização

**Milton Barbosa**  
Fundador do Movimento Negro Unificado conversa sobre a trajetória do grupo que este ano completa quatro décadas de articulação contra o racismo e a discriminação do negro no Brasil



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Mais conhecido como Miltão, Milton Barbosa foi criado no bairro do Bixiga, em São Paulo, local que se tornou palco de sua militância em diferentes causas. Já por volta de seus 26 anos, quando cursava economia na Universidade de São Paulo (USP), foi diretor do centro acadêmico de sua faculdade. Quatro anos mais tarde, presidiu a Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo, atualmente Sindicato dos Metroviários. Mas seu marco como ativista se deu ao fundar o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Miltão esteve em Porto Alegre no mês passado, participando do Seminário 40 anos do Movimento Negro Unificado: História, Contribuições e Perspectivas, uma promoção do MNU em coparceria com o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da UFRGS. Em entrevista exclusiva ao JU, recuperou a história do movimento do qual segue sendo importante referência no país.

## Como surgiu o Movimento Negro Unificado?

Surgiu em resposta a alguns ataques. Teve o caso do Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família que, após ser acusado de ter roubado frutas, foi preso, torturado e morto. Isso revoltou bastante a juventude da época. Teve também o episódio dos quatro garotos de um time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, que

queriam nadar na piscina, mas o segurança os barrou, dizendo que, se deixasse os garotos negros entrarem, imediatamente muitos sócios sairiam da piscina. Esse acontecimento revoltou o técnico dos meninos, que, ao saber que eles estavam sendo discriminados, levou o caso para uma garotada do Jornal Versus (periódico que circulou na década de 70 denunciando regimes autoritários na América Latina), que publicou matérias a respeito e convocou entidades para uma reunião no dia 18 de junho de 1978. Nesse dia, discutimos e criamos o Movimento Contra a Discriminação Racial e lançamos esse movimento publicamente no dia 7 de julho. Na semana do ato, foi preso e morto pela Polícia Militar o operário Milton Lourenço. Esses foram os motivos imediatos que levaram à realização do ato e à criação do MNU.

## Como foi esse dia 7 de julho?

O MNU lançou suas bandeiras na luta contra a violência policial e o racismo nos meios de comunicação, no ensino oficial e também com relação à questão das empregadas domésticas. Reunimos mais de duas mil pessoas – isso porque montamos toda uma estratégia, era gente de esquerda, de centro e de direita. Articulamos com setores progressistas da Igreja Católica e com os meios de comunicação, que, embora a maioria tivesse apoiado o golpe de 1964, naquele momento queria derrotar a

ditadura militar. Então abriram espaço na grande mídia e o nosso ato saiu em tudo quanto era jornal, inclusive internacionais. Eu coordenei a manifestação, porque se avaliava que a polícia ia pegar pesado para acabar com o ato e massacrar a garotada. Foi o que aconteceu, mas a gente segurou a barra e seguimos o ato, que foi vitorioso. A partir daí o MNU foi para várias cidades.

## Quais os princípios e objetivos do movimento?

Lançamos uma carta de princípios que continha todas as questões importantes: o enfrentamento e a denúncia da violência policial; a necessidade de se contar a história do negro brasileiro e do africano no ensino oficial (o MNU foi a base para a implantação da Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira); o enfrentamento do racismo no mercado de trabalho, em especial a questão das empregadas domésticas, que viviam uma relação de semiescravidão.

## Como acredita que o MNU influenciou na luta contra o racismo e a discriminação racial?

Das mais variadas formas. As religiões de matriz africana que preservaram o conhecimento africano assumem um papel mais efetivo; os pais e mães de santo crescem como lideranças. As escolas de samba começam a se conscientizar, e as entida-

des que só faziam um trabalho lúdico passam a realizar ações culturais mais profundas e a se posicionar politicamente.

## Quais eram as tuas referências nessa trajetória?

Antes da criação do MNU, nos reuníamos no Centro Cultural Arte Negra e fazíamos discussões com pessoas como o Alex de Mattos, o Aristides Barbosa, que já tinham estudado a Frente Negra Brasileira e também com alguns foragidos da luta revolucionária na África. Estudamos o ato dos Panteras Negras e ativistas como Malcolm X (1925/1965 – Estados Unidos), Martin Luther King (1929/1968 – Estados Unidos) e Steve Biko (1946/1977 – África do Sul). Então, quando construímos o processo do MNU, já tínhamos toda essa experiência.

## Nessa trajetória, teve algo de que te arrependas de não ter feito?

Eu e o Rafael Pinto fazíamos discussões semanais com a aliança de esquerda, mas eles não conseguiam compreender o significado do protesto negro, que não haveria revolução e avanço no país se não se levasse em conta a maioria da população, que era negra. Então, não me arrependo de coisas que não fiz, mas me questiono sobre não ter conseguido fazê-los compreender para avançar na luta.

## Como avalia a situação da população negra hoje?

Está complicado. Houve avan-

ços, porque nós lutamos, mas também têm alguns complicadores. Por exemplo, a ditadura militar montou uma estratégia para degradar a escola pública. A molecada hoje não sabe ler nem escrever. Então, de fato tem que ter intervenções para desmontar essas ações que danificam o ensino público. É um processo difícil. Tem que começar do “beabá”, fazer todo um trabalho de base, inseri-los na discussão, nas mobilizações. Apesar dessa degradação da escola pública, existe uma molecada desenvolvendo trabalhos importantes: saraus, teatro, grupos musicais. Em São Paulo, no Céu Grajaú, por exemplo, tem o projeto *Possibilidades*, que reúne todo final de semana 600, 800 jovens fazendo um trabalho maravilhoso. Então, o sistema racista monta estratégias para explorar, reprimir, mas o movimento, a juventude criam formas de avançar no processo de libertação e conscientização.

## Para finalizar, qual a perspectiva para o futuro da população negra brasileira?

A perspectiva é de que os ‘negos véios’, os ‘crioulos’ vão fazer o seu papel, e a juventude que vem vai ser excepcional e vai conseguir ajudar a dar rumo para esse país. Simplesmente isso.

Vanessa Petuco  
estudante do 6.º semestre de  
Jornalismo da UFRGS





# Experiência e valorização

**Extensão** *Empresa júnior de tradução do Instituto de Letras oferece aos alunos vivência de uma profissão que luta por seu reconhecimento no mercado de trabalho*



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Dúvidas, incertezas e preocupações sobre o futuro da profissão são sensações comuns para estudantes de Ensino Superior. O contexto de crise do momento presente gera um ambiente muito propício para se criarem inseguranças sobre o que vem depois da formatura.

Esse cenário foi o pano de fundo para uma aula da disciplina de Teorias da Leitura, do Bacharelado em Letras da UFRGS, no ano passado. A ocasião foi a primeira vez em que os alunos do terceiro semestre ouviram um relato sobre a rotina da profissão, sobre o Sindicato Nacional de Tradutores (Sintra) e sobre questões práticas que não eram abordadas em aula.

Decididos a entender melhor e experimentar a rotina do profissional da área, criaram a Textualiza, uma empresa júnior formada apenas por estudantes que visa apresentar o mercado em que os alunos ingressarão após a faculdade. A diretora de Marketing, Bianca Gomes Martins, diz que a iniciativa nasceu para suprir uma carência dos estudantes, que não se sentiam preparados para enfrentar o mercado apenas com as disciplinas.

O primeiro passo foi buscar um professor que fizesse o encaminhamento burocrático para o reconhecimento da Textualiza como ação de extensão. Ao apresentarem a proposta no

Núcleo de Estudos de Tradução, os estudantes ganharam o apoio do professor Sandro Fonseca.

**Visão crítica** – Por seu caráter de empresa júnior, a Textualiza não tem fins lucrativos, e o custo das tarefas fica abaixo da tabela média praticada pelo Sintra e por empresas da área. Isso não significa, no entanto, uma desvalorização desse campo de trabalho. Como explica Bianca, é proposta da iniciativa resgatar a importância do profissional com formação: “Às vezes, [ao contratarem uma tradução] as pessoas dão preferência a alguém que apenas saiba o idioma, sem reconhecer que, para trabalhar com texto, é preciso um pensamento crítico sobre ele. Nosso trabalho tem justamente o esforço de desenvolver uma visão crítica sobre o texto. A gente coloca em prática o que aprende no curso”.

O professor Sandro Fonseca, orientador do projeto, compartilha dessa visão: “O mercado da tradução é desvalorizado. O lado empreendedor nos apresenta uma oportunidade de mostrar o trabalho das pessoas que estão mais qualificadas. Parte da tarefa do tradutor é mostrar para o cliente que o seu trabalho vale mais, é mais abrangente”.

O docente considera que no

atual cenário há uma falta de compreensão da importância da linguística: “Parte da desvalorização do trabalho do tradutor, para mim, está ligada ao fato de as pessoas não terem uma educação linguística que discuta quantas línguas existem no país, o que significa falar outra língua, aprender outra língua, estudar uma língua. Como nação, ainda precisamos aprender [essas questões] e, por consequência, a tendência é desvalorizar quem trabalha nessa área”.

Além da formação específica, a Textualiza também despertou a atenção dos alunos para o empreendedorismo, como aponta Bianca: “Quando começamos a conhecer o mundo das empresas juniores, achamos interessante a oportunidade proporcionada por esse formato de aprender a como vender um produto, a como falar com clientes. E isso vai ser muito útil, pois a maioria dos tradutores e revisores é freelancer ou pertencente a empresas de tradução, então vamos precisar [desse conhecimento]”.

A empresa recebe pedidos por e-mail, disponibiliza serviços de tradução em inglês, espanhol, francês, alemão, italiano e japonês, além da oferta de revisões de português. Em um dos trabalhos, o grupo foi surpreendido pela demanda de diagramação do texto. Como o serviço foi exigido pelo

cliente para fechar a negociação, a presidente, Ana Laura Tisott, fez contato com uma estudante de Design, que foi contratada para auxiliar no projeto. Para o futuro, há a intenção de que alguns membros da empresa passem por uma capacitação para que a diagramação também possa ser incluída na oferta de serviços.

**Organização** – Todos os projetos passam por avaliação do grupo para a definição de quantos e quais integrantes serão designados para o trabalho. A negociação envolve alguns critérios semelhantes aos praticados no mercado e outros específicos de uma empresa de estudantes. Como habitualmente acontece, o idioma a ser traduzido influi no valor cobrado. Os textos pequenos, como resumos de trabalhos acadêmicos, são cobrados por palavras, e os maiores, por lauda – uma prática comum no cotidiano da profissão. A empresa foi pensada para atender principalmente ao público acadêmico, mas recebe também projetos de fora da Universidade.

No entanto, como explica o professor Fonseca, a combinação de prazos atende a uma lógica diferenciada: “Nosso ritmo de trabalho leva sempre em conta que não somos um prestador de serviço que se dedica 24 horas para a

atividade de tradução; somos uma empresa júnior. Nos dedicamos à Universidade. Os prazos são negociados sem prejuízo à vida acadêmica de professores e alunos”. Depois de definido o grupo que vai trabalhar no projeto, os estudantes gozam de total autonomia para a tradução, cabendo aos professores as funções de revisão e editoria.

A intenção dos membros é fazer do projeto um patrimônio da comunidade acadêmica do Instituto de Letras. O regimento interno prevê um mandato de um ano para a diretoria, até que uma votação decida a nova composição, garantindo assim que a iniciativa se mantenha como primeira experiência para estudantes.

O próprio orientador da atividade, formado em Letras pela UFRGS, afirma que uma iniciativa como esta teria sido útil em sua época de graduação, porque potencializa a formação do estudante, opinião comprovada pelo depoimento de Bianca acerca da experiência: “Comparado ao terceiro semestre, quando começamos a falar de tradução e sobre a vida do profissional do texto, pensando em gerir essa carreira, me sinto bem mais preparada”.

Emerson Trindade Acosta,  
estudante do 9.º semestre de  
Jornalismo da UFRGS





# Os sentimentos universais em Shakespeare

“Hamlet: A Dinamarca é uma prisão!

Rosencrantz: Então o mundo também.

Hamlet: Uma enorme prisão, cheia de células, solitárias e masmorras – a Dinamarca é das piores.

Rosencrantz: Não pensamos assim, meu senhor.

Hamlet: Então pra vocês não é. Não existe nada que seja bom ou ruim: o que faz as coisas parecerem assim é o pensamento. Pra mim é uma prisão.”

“Ser ou não ser, eis a questão.” A famosa expressão, que até hoje, trezentos anos depois, recebe diversas interpretações – tendo sido parodiada, inclusive, pelo manifesto antropofágico dos artistas modernistas brasileiros: “Tupy or not Tupy, that is the question” –, está em uma das obras mais celebradas do dramaturgo e ator inglês William Shakespeare: *Hamlet*. As peças do “velho bardo”, nascido em 1564, ainda são um campo de pesquisa na literatura, na psicologia e nas artes cênicas pelos temas universais e atemporais. Na próxima edição do vestibular da UFRGS, *Hamlet* será o único texto selecionado que não pertence à literatura de língua portuguesa. Isso porque, agora, a Universidade passa a denominar a prova Literatura em Língua Portuguesa, o que possibilita a utilização de traduções de obras relevantes. Baseada na história, a artista visual Ana Paula Pollock criou a arte que acompanha a terceira e última edição da série *Leituras Obrigatórias 2019 – Novos Autores*, do JU.

A trama se passa na Dinamarca do século IX e é construída em cinco atos. Depois de voltar da Inglaterra, o jovem príncipe Hamlet fica sabendo que o fantasma de seu pai tem rondado o reino para falar com ele. Quando o antigo rei conta que Cláudio, seu irmão, agora casado com a mãe do príncipe, o assassinou para roubar o trono, Hamlet começa a fingir-se de louco para arquitetar sua vingança, que culmina na morte de quase todas as personagens principais. Segundo a professora de língua inglesa do Instituto de Letras da UFRGS Sandra Maggio, as temáticas abordadas nas obras de Shakespeare geram identificação com os leitores e espectadores, mesmo depois de tantos anos. “Ele é um grande criador de tipos: imediatamente ligamos suas personagens a emoções básicas que qualquer ser humano conhece.” Assim como a vingança é associada a Hamlet, a ambição está em Macbeth, e o amor, em Romeu e Julieta.

**Voz alta** – “Shakespeare não é apenas para ler, é para assistir também.” É assim que o professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e tradutor de *Hamlet* para o português Lawrence Flores Pereira define a experiência de tomar contato com o texto do dramaturgo. Por ser uma peça de teatro, não há a presença do narrador que conduz a história: a cada cena, o leitor precisa visualizar as personagens atuando no imaginário. Por isso, Lawrence recomenda que a obra seja lida em voz alta.

“Você refaz o teor emotivo das falas e refaz a ironia, o sarcasmo, a tristeza”, detalha. Segundo o tradutor, as peças de Shakespeare apresentam criações complexas, como Hamlet que, ao longo da peça, encena outras personalidades, o chamado “teatro do engano”. “O príncipe reflete a complexidade moderna, trazendo alguns elementos psicológicos. A determinação de se vingar, por exemplo, esbarra na necessidade que ele tem de convencer a mãe de que sua vingança é justa. Ele consegue atuar na frente de Polônio [conselheiro do tio e pai da amada Ofélia], mas nunca para a mãe”, explica.

Além da capacidade de representar os sentimentos humanos, o dramaturgo contribuiu para a língua inglesa. De acordo com Sandra, depois de Shakespeare, sua estrutura, seu formato e sua morfologia se modificaram. “Como estratégia de sonoridade, por exemplo, se a frase estava muito comprida, ele engolia uma sílaba e trocava por apóstrofe. Se ficava muito curta, ele acrescentava uma sílaba (ed, eth)”, explica.

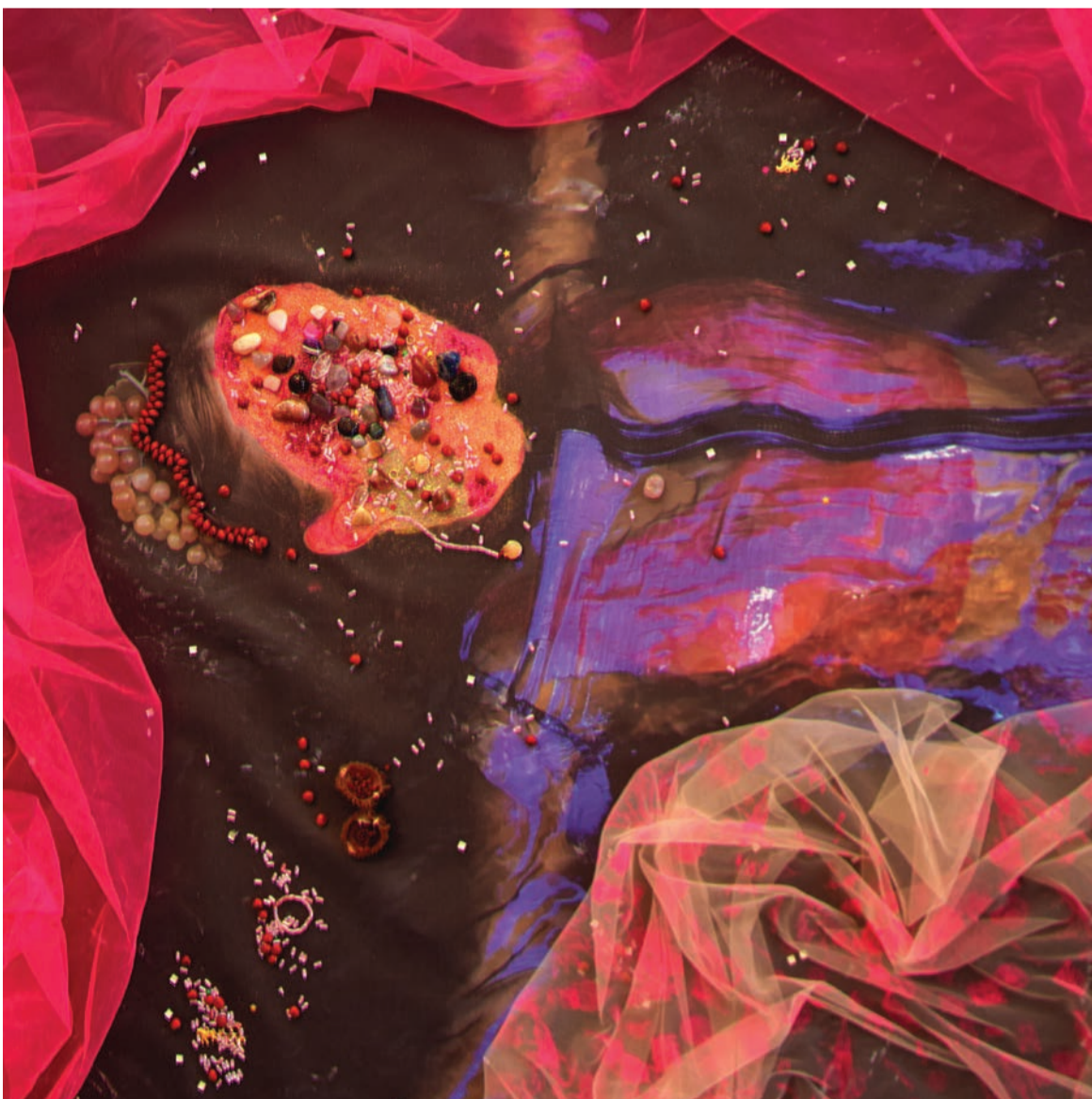
**Modos de falar** – Por meio da linguagem, Shakespeare também dá o tom de suas personagens. Em *Hamlet*, um diálogo entre Ofélia e seu pai, Polônio, deixa claro como o jeito de falar foi pensado para que o público logo entendesse quem eles eram. “Polônio fala a linguagem do sabichão, do homem que conhece a vida. Já Ofélia, que é jovem, fala muito menos e de um jeito cadenciado, nos moldes da poesia lírica da época, o que demonstra que ela tem a idealidade do amor”, esclarece Lawrence. Apaixonada pelo príncipe, Ofélia enlouquece após a morte do pai e comete suicídio.

Ao longo dos anos, as obras de Shakespeare foram adaptadas de acordo com o contexto da época. Atualmente, a influência de *Hamlet* é facilmente percebida em produções como o desenho *O Rei Leão*, dos estúdios Disney, e o livro *Enclausurado*, de Ian McEwan, em que o narrador-feto escuta do útero os planos da mãe e do tio para matar o pai.

Para Sandra, a leitura de *Hamlet* proporciona, além do conhecimento histórico, a renovação e a permanência do clássico. “Revisitar essa obra que foi criada há 419 anos, a partir da nossa compreensão de hoje, possibilita novos horizontes de interpretação. Isso nos ajuda a reavaliar verdades e valores”, conclui.

Bárbara Lima,  
estudante do 5.º semestre de  
Jornalismo da UFRGS

ANA PAULA POLLOCK





## DESTAQUE

## Violões na cidade

**Música** Festival terá concertos, masterclasses, oficinas, palestras e lançamento de um DVD comemorativo

O Festival de Violões da UFRGS, organizado pelo Programa de Extensão em Violão do Departamento de Música, chega à décima edição, celebrando o envolvimento de artistas, professores e alunos. Neste ano, além dos concertos, oficinas, palestras e masterclasses, haverá o lançamento de um documentário dos encontros anteriores.

Conforme seu idealizador e coordenador, professor Daniel Wolff, nessa década de atividades o maior problema para a continuidade do evento tem sido conseguir verba, estrutura administrativa e espaço físico, além do atendimento à demanda burocrática da própria Universidade. “Para tal, tenho contado com apoio de vários órgãos da UFRGS e também da OSPA, da Orquestra de Câmara da ULBRA, do Instituto Ling e das fundações de apoio Faurgs, Feeng e Fundação Médica.”

**Papel social** – “Chegamos a ultrapassar 3 mil pessoas em

uma única edição! Costumamos ter entre quatro e seis noites seguidas de concerto. Fico feliz de ver que muitos assistem a todas as apresentações”, comenta Daniel. Segundo ele, esse tipo de promoção é uma das formas de a Universidade cumprir o seu papel social, já que o Festival oferece gratuitamente concertos com instrumentistas de nível internacional. “Normalmente, ver um profissional desses ao vivo implica pagar caro por uma viagem ao exterior, mais o valor do ingresso. Aqui, têm-se acesso a isso dentro da própria Universidade. E, para quem quiser fazer aulas com esses músicos durante o evento, o custo é muito baixo. Adicionalmente, alguns dos artistas e alunos que vêm de fora acabam tocando no Sarau no Hospital, projeto social que coordeno no Hospital de Clínicas de Porto Alegre”, comemora.

**Atrações** – Um dos pontos altos do Festival, que acontece de 28 de agosto a 2 de setem-

bro, será a vinda pela primeira vez a Porto Alegre do Newman & Oltman Guitar Duo, dupla de violonistas estadunidenses Michael Newman e Laura Oltman. Haverá também a presença do uruguaio Eduardo Fernández, dos argentinos Luis Soria e Eduardo Castañera, do peruano Fernando Llanos e do chileno Renato Serrano. Do Brasil, além dos professores da UFRGS e do gaúcho Pedro Tagliani, irão se apresentar os mineiros Celso Faria e Fernando Araújo e o fluminense-paranaense Mario da Silva.

Os concertos realizados no Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes terão entrada franca. O espetáculo do Newman & Oltman Guitar Duo será realizado no Instituto Ling (Rua João Caetano, 440) e terá cobrança de ingressos em valor ainda não divulgado. Programação completa em [www.facebook.com/FestivalViolaoUfrgs](http://www.facebook.com/FestivalViolaoUfrgs).



A dupla estadunidense Newman & Oltman Guitar Duo se apresenta no Instituto Ling

## CINEMA

## 50 Tons de Noir

Mostra organizada pela Sala Redenção - Cinema Universitário exibe nove longas-metragens do cinema noir, incluindo títulos de diretores como Alfred Hitchcock e Nicholas Ray e produções do chamado neo-noir, que abrange filmes inspirados pelos clássicos do gênero.

Sessões com entrada franca.



## UM CORPO QUE CAI

Alfred Hitchcock | EUA | 1958 | 129 min  
Policial aposentado que sofre de acrofobia é contratado para vigiar a esposa de um amigo com tendências suicidas.

Sessões: 8 de agosto, 16h; 10 de agosto, 19h; 15 de agosto, 16h

## CONFLITOS INTERNOS

Wai Keung Lau | Hong Kong | 2002 | 97 min  
Jovem policial é incumbido de se infiltrar em um bando de mafiosos, enquanto um criminoso ingressa na polícia.

Sessões: 20 de agosto, 16h; 24 de agosto, 19h; 27 de agosto, 16h; 31 de agosto, 19h



## DUBLÊ DE CORPO

Brian de Palma | EUA | 1984 | 114 min  
Tributo aos clássicos de Hitchcock Janela Indiscreta e Um corpo que cai, a trama acompanha ator em crise que, ao aceitar cuidar da casa de um amigo, acaba obcecado por vizinha.

Sessões: 20 de agosto, 19h; 21 de agosto, 16h; 27 de agosto, 19h; 28 de agosto, 16h



## EM TRANSE

Danny Boyle | EUA | 2013 | 101 min  
Funcionário de uma casa de leilões com problemas financeiros ajuda quadrilha, escondendo valioso quadro roubado. Durante o golpe, bate a cabeça e perde a memória. É, então, submetido a uma hipnotizadora.

Sessões: 21 de agosto, 19h; 22 de agosto, 16h; 28 de agosto, 19h; 29 de agosto, 16h



## O HOMEM QUE NÃO ESTAVA LÁ

Joel Coen e Ethan Coen | EUA | 2001 | 116 min  
Na Califórnia do pós-Segunda Guerra, barbeiro frustrado finge não saber que é traído pela esposa, até que uma proposta de negócio abala seus horizontes.

Sessões: 22 de agosto, 19h; 23 de agosto, 16h; 29 de agosto, 19h; 30 de agosto, 16h



## OPERAÇÃO FRANÇA

William Friedkin | EUA | 1971 | 74 min  
Ao investigarem um pequeno comerciante, dois detetives novaiorquinos se deparam com uma intrincada rede de tráfico internacional, organizada por traficante francês a partir da cidade portuária de Marselha.

Sessões: 23 de agosto, 19h; 24 de agosto, 16h; 30 de agosto, 19h; 31 de agosto, 16h

## CineDebate Direitos Humanos

Projeto que propõe uma reflexão sobre temas de direitos humanos em diálogo com a linguagem cinematográfica. A atividade é fruto de parceria entre a Liga dos Direitos Humanos da Faculdade de Educação e a Sala Redenção.

Entrada franca.



## O HOMEM ELEFANTE

David Lynch | EUA, Inglaterra | 1980 | 124 min  
Cidadão da Inglaterra vitoriana portador de neurofibromatose múltipla é exibido como monstro em circos.

Sessão: 14 de agosto, 19h  
Entrada franca

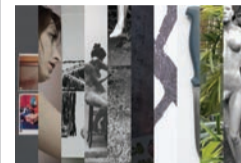
## EXPOSIÇÃO

## Memórias do Espaço Vivo: a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA)

Exibição do acervo da mais antiga casa de estudantes do estado com vestígios materiais e imagens.

A mostra é uma realização do PPG em Educação, da Pró-reitoria de Extensão da UFRGS, do Arquivo Histórico do RS e do GT História da Educação da ANPUH-RS, com o apoio do Memorial do Rio Grande do Sul e do Museu da UFRGS.

Visitação: 1.º a 31 de agosto Local e horário: Memorial do RS, de terça a sábado, das 10h às 18h  
Entrada franca



## Entre Beiras: articulação entre práticas e teorias

A exposição reúne trabalhos dos alunos do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS com curadoria de Sandra Rey. Em 14 de agosto, às 14h, haverá um seminário para debater as propostas teóricas e práticas apresentadas.

Visitação: 7 a 17 de agosto Local: Pinacoteca Barão de Santo, das 10 às 18h, de segunda a sexta

## FATRO

## Teatro, Pesquisa e Extensão

Temporada do projeto que exibe produções dos estudantes do curso de Teatro da Universidade.

Entrada franca.

## BUNKER

Direção de Eduardo dos Santos Schmidt apresenta temática apocalíptica e com criação coletiva. Elenco: Augusto Schnorr, Pedro Cassel e Silvana Rodrigues. Orientação de Inês Marocco.

Sessões: 1, 8, 15, 22 e 29 de agosto, quartas-feiras, às 12h30 e às 19h

Local: Sala Qorpo Santo

## ONDE?

► **Memorial do RS**  
Sete de Setembro, 1.020  
3224-7159

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**  
Senhor dos Passos, 248 - 2.º andar  
3308-4302

► **Sala Qorpo Santo**  
Luiz Englert, s/nº  
3308-4318

► **Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/nº  
3308-3034



## Meu Lugar na UFRGS

### Entre livros

Ânia Chala

Quem entra na Biblioteca da Faculdade de Odontologia durante as manhãs se depara com um motivo a mais para desfrutar do ambiente usualmente inundado pela luz matinal da paisagem que circunda o prédio situado no Câmpus Saúde: a companhia da professora Elaine Fachin, uma “filha da UFRGS” que, apesar de aposentada desde 2010, segue frequentando diariamente o local e compartilhando sua experiência com quem passar por lá. Num recanto com mesas e cadeiras claras dispostas junto às grandes janelas, defronte às estantes de livros e periódicos, ela se acomoda com seu jeito tranquilo e sorridente.

Elaine fez a graduação de 1975 a 1978, foi monitora da disciplina de endodontia, participou das semanas acadêmicas e não saía de dentro da faculdade. “Em março do ano seguinte à minha formatura, o professor Lívio Borges Fortes me convidou para colaborar com o Serviço de Urgência. Passei a trabalhar no turno da tarde de segunda a sexta-feira com um contrato CLT, atendendo principalmente pessoas com dor de dente. Isso me fez criar ainda mais gosto por atuar na especialidade que seguiria dali pra frente”, lembra. Fez mestrado em Chicago (EUA) e concluiu o doutorado na USP em 1997 e, tempos depois, tornou-se a primeira professora do recém-criado mestrado em Clínicas Odontológicas, o pioneiro desta faculdade.

**Identidade** – Elaine diz que, ao entrar na biblioteca da Odonto, sente-se trilhando novamente os caminhos percorridos nos tempos de estudante. “Por que eu escolhi este lugar? Porque sou muito bem acolhida aqui. A Andressa, nossa bibliotecária-chefe, me recebe com um cafezinho. É aqui que

me atualizo, pois continuo exercendo a minha profissão, e ainda pesquiso, acesso o Portal da Capes, tomo contato com as publicações mais recentes, além de orientar informalmente os alunos que me procuram”, relata.

Elaine não esconde seu apego pelo contato com o papel. Ela conta que na biblioteca tem o prazer de se deparar com livros doados por seus ex-professores. “Por vezes, me detenho, lendo as dedicatórias, folheando obras dos anos 1940. As pessoas podem perguntar: mas o que pode nos trazer uma publicação dessa época?”

Há livros históricos de autores-referência na endodontia que, naquele tempo, já faziam desenhos em nanquim que pareciam quase ficção científica, mas que hoje são uma realidade. Até porque o tratamento de canal foi uma das áreas que mais evoluiu na Odontol seguido a carreira da mãe –, admite que a biblioteca tornou-se uma extensão de seu ambiente familiar e um lugar para recarregar as baterias. “Também gosto daqui por conta do sol da manhã e, mesmo quando já li o que queria, permaneço divagando e avaliando o que fiz e o que ainda posso fazer. Neste ano em que a faculdade está completando 120 anos e em que comemoro meus 40 anos de formatura, acho gratificante ver a garra de quem segue estudando e apostando na universidade pública, apesar das restrições de recursos. Afinal, a escolha de um lugar não acontece da noite para o dia. É uma construção diária. Na biblioteca, nicho acolhedor de tantos estudos, escrevi minha tese de doutorado e trabalhei na organização do livro que celebrou os 110 anos de história desta faculdade. Ao final desse percurso, creio que posso fazer minhas palavras escritas por São Paulo a Timóteo: ‘combati o bom combate, completei a jornada, guardei a fé.’”

## Perfil

# Um extensionista



GUSTAVO DIEHL/SECOM

“Eu sou de uma família bastante tradicional, daquelas que te fazem escolher entre estudar Medicina, Direito ou Engenharia, e foi assim que acabei fazendo vestibular para Engenharia Elétrica”, relembra José Luis Machado, servidor técnico responsável pela Divisão de Sistemas de Extensão do Centro de Processamento de Dados da UFRGS (CPD). Naquela época, 1980, os computadores, a internet e as tecnologias digitais estavam dando seus primeiros passos, mas já mostravam que teriam um grande potencial no futuro, e as aulas de informática recebiam cada vez mais adesão. Interessado pelo tema, José Luis realizou alguns cursos e se candidatou a uma bolsa oferecida pelo CPD para desenvolver um software educacional chamado de CAIMI (Computador Auxilia Instrução através de Microcomputadores). “Até então, eu não tinha relação alguma com a educação. O que eu queria era começar a desenvolver algum sistema”, relata. Naquela época, trabalhou para desenvolver o aplicativo em um microcomputador Apple com apenas 64k de memória.

Um ano depois, em plena greve de 1984, foi contratado pelo CPD para atuar como programador. Paralelamente, ele conta que começou a participar de ações religiosas e a trabalhar em projetos comunitários, devido à sua relação com a religião espírita, e isso o aproximou de questões sociais. “O fato de que eu estava ao mesmo tempo trabalhando com informática e estudando engenharia começou a me deixar muito sufocado. Sentia que precisava de alguma coisa mais humana, e foi aí que resolvi, em pleno sexto semestre, mudar de curso e ir para as Ciências Sociais”, conta o técnico e analisa: “É uma coisa interessante. Na minha vida, as coisas vão acontecendo sem planejamento”.

Foi nessa situação de uma coisa puxa a outra que José Luis se tornou diretor do Departamento de Saúde da UFRGS; assessor da Pró-reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Prouni), que hoje é a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE); coordenador geral do Sindicato dos Técnicos Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSU-FRGS); participou do Conselho Universitário e da primeira representação técnica do Conselho de Pesquisa e Extensão. “O legal dessa universidade, nesses 34 anos, é que o dinamismo dela me permitiu nunca ficar entediado, então eu tive uma trajetória bem diversificada”, avalia.

Além de tudo isso, em 2000 passou a trabalhar como professor municipal de Geografia, Sociologia e História. Pensando em como abordar a pesquisa científica em sala de aula, José Luis teve a ideia de trabalhar com a extensão, e foi assim que, em 2013, se tornou extensionista. “Hoje eu coordeno três projetos: Aluno Pesquisador, Informática e Comunicação e Ensinando com Horta Escolar”, orgulha-se e brinca: “Nós, do Informática e Comunicação, dizemos que somos tricampeões do Destaque de Sessão do Salão UFRGS”. Além disso, em 2016, o projeto ganhou o prêmio Jovem Pesquisador. Juntando a sua experiência na extensão com o seu trabalho no CPD, José Luis desenvolveu o Portal do Extensionista, no qual o estudante pode gerenciar seus projetos, acessar seu histórico e gerar certificados digitais autenticados. “Eu uso essa minha prática como extensionista para melhorar o sistema em que sou o analista responsável. Então, às vezes, eu sofro com o meu próprio sistema e, como não posso reclamar para mim mesmo, procuro encontrar soluções”, confessa entre gargalhadas.

A partir dessa sua experiência com a extensão e a pesquisa, José Luis procurou parceiros para atuarem com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Gilberto Jorge, em Porto Alegre, reconhecida por seu trabalho com crianças com deficiências, e conheceu o grupo de pesquisa Tecnologias na Educação para Inclusão e Aprendizagem em Sociedade (TEIAS), coordenado por Lílina Passerino. Foi assim que surgiu a ideia de fazer mestrado em Gestão de Operação em Universidades Federais (GOUF), da Engenharia de Produção. “Agora estou em outra fase da minha vida: sou estudante de mestrado”, diz sorridente. Sua intenção inicial era realizar um projeto para a adaptação de ferramentas tecnológicas para servidores públicos com deficiência, no entanto, percebeu que a universidade não tem conhecimento de seu processo de atendimento a esse público. “Então, conversando com o Tarciso Saorin, meu orientador, e a Lílina, minha coorientadora, resolvemos desenvolver uma avaliação das ações institucionais referentes a servidores com deficiência que permitam desde a sua nomeação, qualificação e permanência na universidade”, explica.

Daqui a dois anos, José Luis planeja se aposentar. Ele conta que pretende aproveitar a aposentadoria para viajar, pescar e passar mais tempo em sua casa na praia. Antes disso, ele explica que tem um desejo a cumprir: “Não sei se por vaidade, a gente sempre quer deixar um legado, e o meu é esse, deixar um trabalho que permita que a universidade seja mais inclusiva”.

Vanessa Petuco,  
estudante do 6.º semestre  
de Jornalismo da UFRGS



GUSTAVO DIEHL/SECOM

### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local





# A VOZ em cena

TEXTO **LÍGIA PETRUCCI**

Quando um concerto de canções se converte em celebração – como muitas vezes vemos acontecer no Unimúsica –, é possível não só reconhecer ali uma dinâmica particular, uma dinâmica propriamente cênica, preparada antecipadamente, como também perceber, sentir algo que é da ordem do imprevisível, do inesperado. Uma situação inevitavelmente fugaz, única e irrepetível, que se produz a partir da relação entre artistas e espectadores, abrindo-se a múltiplas possibilidades de participação e interação. Na circunstância da cena, a presença da cantora ou do cantor se projeta em gesto e voz. Voz, força física, “emanação do corpo”, como sugere o medievalista, poeta e estudioso da poesia oral Paul Zumthor. Conduzida pelo microfone para além de seus limites acústicos naturais, acrescida de espacialidade, ela enlaça intérpretes e audiência em um jogo de construção e reconstrução de sentidos que se dá no aqui e agora.



**LÍGIA PETRUCCI** É PRODUTORA CULTURAL NO DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO CULTURAL DA UFRGS E MESTRE EM ARTES CÊNICAS PELA UFRGS

1

4

2

5

6

1 – LOCAL: UNIMÚSICA/2015  
ARTISTA: TOM ZÉ  
FOTO: PEDRO FERRAZ

2 – LOCAL: UNIMÚSICA/2014  
ARTISTA: ADRIANA CALCANHOTTO  
FOTO: MACIEL GOELZER

3 – LOCAL: UNIMÚSICA/2016  
ARTISTA: ELZA SOARES E RUBI  
FOTO: GISELE ENDRES

4 – LOCAL: UNIMÚSICA/2013  
ARTISTA: MARIA JOÃO  
FOTO: MACIEL GOELZER

5 – LOCAL: UNIMÚSICA/2011  
ARTISTA: VITOR RAMIL  
FOTO: CLAUDIO ETGES

6 – LOCAL: UNIMÚSICA/2016  
ARTISTA: JUÇARA MARÇAL  
FOTO: MARIA MELGAREJO





## A complexa tarefa de desenvolver localmente

**Litoral Norte**  
*O fortalecimento da educação é apontado como aspecto importante para o crescimento regional*

O litoral norte do Rio Grande do Sul faz parte do Bioma Mata Atlântica, constituindo-se um território diversificado, banhado pelo mar, com lagoas, morros e a predominância de formações florestais, dividindo o espaço com a agricultura tradicional e orgânica. Entre os cultivos, com 12 mil hectares concentrados em Mampituba, Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, a produção de banana é a maior no estado.

Os municípios são majoritariamente rurais, como Dom Pedro de Alcântara, Carará e Mampituba, enquanto outros são quase 100% urbanos. É o caso de Capão da Canoa, Tramandaí e Xangri-lá. Estes se definem fortemente pela economia do veraneio, vivendo da sazonalidade da alta temporada e de eventos pontuais fora da estação. Assim, é um território economicamente baseado em serviços e um dos polos da agroecologia do estado.

Para a professora do Programa em Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS Luciana Leite Lima, o desenvolvimento de uma região é um conceito amplo e complexo, que implica as potencialidades de um território, resultando na melhoria da vida das pessoas, mas vai muito além do âmbito econômico: “O objetivo é responder aos

problemas públicos percebidos pelos agentes sociais e promover melhorias no bem-estar da população. Assim, de forma geral, o desenvolvimento está vinculado à ideia de melhorar uma situação percebida como indesejável. Por isso, a procura é por um processo de mudança social, mas isso é muito difícil de ser alcançado porque requer organização política e social”, considera a professora.

Carente em fatores que impulsionem uma economia industrial, mesmo porque o solo e o ambiente não são propícios, o fortalecimento da educação é um dos aspectos que tende a ser o propulsor do desenvolvimento no litoral. Por outro lado, a população da região está envelhecendo, uma vez que, por conta da pouca diversificação das oportunidades de trabalho, os jovens estão indo embora. “Um dos problemas é pensar no litoral norte como uma região apenas para o verão como fonte de renda e trabalho. Outro desafio é reunir os atores sociais da região para gerar desenvolvimento, por meio da construção de um projeto como um norte, um caminho comum para a região. Atravessar as barreiras da fragmentação de projetos municipais e da visão de veraneio está entre as grandes metas”, destaca a professora do Departamento

Interdisciplinar do Câmpus Litoral Norte da UFRGS Anelise Rambo.

A professora Marlise Dal Forno, coordenadora do bacharelado em desenvolvimento regional do Câmpus Litoral, destaca que a região tem uma composição populacional diversa. Segundo a docente, essa diversidade foi fundamental para a escolha do território para instalar um Câmpus. “É a região mais pobre do estado em termos de desenvolvimento e é um pouco cultural viver do veraneio. Porém, também é um território com atividade rural intensa. Há comunidades tradicionais, como caiçaras, artesãos e agricultores familiares. Em termos de desenvolvimento, não vejo outra forma que não seja local, pelo aporte de agroindústrias com o melhoramento da gestão e das práticas, por exemplo”, enfatiza. Em setembro, o Câmpus Litoral Norte completa quatro anos de atuação no ensino superior da região em que há também a presença de outras universidades públicas e privadas. Como forma de contribuir para a reflexão sobre as demandas locais com vistas ao desenvolvimento regional, a equipe do JU conversou com gestores e representantes de órgãos públicos, assim como com professores e alunos do Câmpus Litoral.



# Educação para **tran**



André Pereira Fontoura, funcionário técnico da Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes Neto, mais conhecida como Escola Rural de Osório, caminha pelo terreno do colégio – que mais parece um grande sítio às margens da BR 101 – como quem anda pelo quintal de casa, identificando plantas pouco tradicionais para a jardinagem. Ele estuda plantas alimentícias não convencionais para o trabalho de conclusão da Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS.

“Encontrei um universo a ser descoberto com as plantas que, em geral, são consideradas inço pelos agricultores. Há comida em toda a parte, mas as pessoas não sabem como aproveitá-las. Elas ainda fazem um papel de proteção para os cultivos da nossa horta”, diz mostrando uma taioba roxa que ao olhar do desavisado se parece com uma planta qualquer da Mata Atlântica.

Na horta, cultivada por ele e por Leandro Schaeffer de Carvalho, também aluno do Câmpus Litoral e funcionário técnico da escola, saltam aos olhos alfaces, temperos e couves. A produção orgânica se inscreve na rotina de aprendizado dos alunos dos cursos técnico em agropecuária e meio ambiente, sendo que boa parte deles também têm seus próprios cantinhos para o cultivo de hortaliças para as aulas práticas.

Natural de Palmeira das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul, onde fez curso de técnico em agropecuária, André aprofundou a cultura da agricultura tradicional quando viveu durante dois anos em Minas Gerais, trabalhando em uma grande fazenda de plantação de soja e milho. Quando retornou ao Estado e começou a trabalhar na escola, entrou em contato com a agricultura orgânica. “Quando vim

para cá, me deparei com a encruzilhada: ou entro de vez em um tipo de cultivo mais sustentável ou volto para a agricultura tradicional. A escolha foi pela primeira opção e foi o que me levou a fazer o curso de Educação do Campo da UFRGS. Depois pretendo seguir na linha da produção integrada com a sustentabilidade”, ressalta.

A escola é uma das 26 rurais do estado e a única a oferecer ensino médio. De acordo com a diretora Angelita Rocha, desde 2006 iniciaram-se as atividades de Técnico em Meio Ambiente. “Os cursos técnicos vivem momentos de incentivo e recuo de acordo com o governo vigente no Rio Grande do Sul. Lá em 1999, quando fizemos uma formação ambiental, era um período de incentivo. Estávamos com diminuição de procura pelo técnico agropecuário. Houve também um boom de legislações na área ambiental e as prefeituras começaram a

contratar, assim como surgiram mais consultorias na área. Então, percebemos que havia público”, considera.

Cerca de 60% dos alunos do ensino médio são de outras cidades do litoral norte, de Capivari do Sul a Torres. Entre os estudantes dos cursos técnicos, mais de 70% são de outros municípios, incluindo regiões para além do litoral. Alguns destes ficam em internatos. O professor de Biologia Eduardo Ruppenthal destaca que parte desses alunos pode resolver ficar na região litorânea por conta da oferta de vagas em ensino superior e também por alternativas como a agricultura orgânica. “Mesmo que ainda haja uma organização incipiente, os agricultores estão se articulando, e os jovens podem escolher ficar aqui se quiserem seguir no caminho agroecológico. O potencial do litoral norte é enorme”, enfatiza Eduardo.



# sformar

## Oportunidades e impasses locais

Em termos de educação, a região norte-litorânea do estado apresenta problemas no que se refere às taxas de matrícula na pré-escola e no ensino médio, assim como no desempenho dos alunos do ensino fundamental na Prova Brasil. Nas séries finais do ensino fundamental, o número de matriculados que obtiveram aprendizado acima do nível considerado adequado em Língua Portuguesa ficou em 35,1% em 2013. Na avaliação seguinte, de 2015, passou para 36%. Em Matemática, somente 17,8% dos estudantes obtiveram rendimento acima do mínimo em 2015 – uma diminuição em relação à prova anterior, que registrou 19,8% para o mesmo indicador.

Os padrões não são muito distintos do restante do Estado, argumenta a professora Liane Freitas, que está à frente da 11.ª Coordenadoria de Educação. A pedagoga chama a atenção ainda para o fato da sazonalidade na região, que também causa impacto no número de vagas e na avaliação geral dos estudantes. “Muitos alunos provenientes de outras regiões chegam à rede, mas não permanecem. Os pais se mudam no verão para a praia em busca de trabalho, mas acaba a temporada e percebem que não conseguirão outro emprego. Então, seguem para outro lugar”, ressalta.

Além disso, segundo Liane, o trabalho sazonal dos próprios alunos também interfere em termos de evasão escolar ou reprovação. Não se trata de estudantes que trabalham durante o ano inteiro, mas com o início da temporada em novembro, muitos acabam abandonando os

estudos ou tendo rendimento muito abaixo do esperado.

A jovem Anaísa Garcia Gomes, de 17 anos, está entre os estudantes que se apaixonaram pela “onda verde” dos orgânicos e se formou no Técnico em Meio Ambiente da Escola Rural de Osório. Apaixonada pela área, ela pretende permanecer na região e trabalhar na cidade. “A mistura de paisagens, a presença de uma área de preservação ambiental (APA), a fragilidade do meio lacustre e do mar podem render muito, especialmente em consultoria ambiental, onde já fiz um estágio. O litoral tem muito a ser explorado de forma racional”, destaca.

A estudante pensa em fazer vestibular para Biologia Marinha, disponível no Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) em convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), mas também almeja cursar Engenharia Florestal na Universidade. Para isso, teria de sair da terra natal, caminho trilhado por muitos jovens que cresceram em cidades litorâneas. Questionada sobre o Câmpus Litoral Norte da UFRGS, que também oferece opções com foco no ambiente da região, ela reconhece não ser a primeira alternativa. “Conheço algumas pessoas que estão estudando no Câmpus, mas acho que é ainda pouco procurado. Creio que a própria dinâmica dos cursos mais novos, um pouco desconhecidos do pessoal daqui, faz com que a procura seja menor. Tem muita gente que acaba indo embora da praia; isso é um movimento bem normal”.

## Um câmpus a ser explorado

Instalado em Tramandaí há quatro anos, o Câmpus Litoral Norte tem uma proposta diferente dos cursos tradicionais de graduação. O ingresso se faz por meio do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT), que tem três anos de duração. O bacharelado permite o trânsito do estudante por áreas de interesse, como as Humanas, Tecnológicas e Interdisciplinares.

Após a formação mais abrangente, o estudante pode escolher uma terminalidade, um curso, também de graduação, mais voltado para o mercado. A escolha pode se dar entre Desenvolvimento Regional, Engenharia de Gestão de Energia, Engenharia de Serviços e Licenciatura em Geografia.

Há ainda o curso de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores por área de conhecimento, organizado por uma matriz curricular associada à Pedagogia da Alternância, mesclando tempo na Universidade e período de estudos na comunidade do aluno. Além disso, a mais recente oferta de graduações diz respeito aos cursos de Ciências

Sociais, Geografia e Pedagogia via ensino a distância. O Câmpus Litoral ainda oferece mestrado em Física, voltado para a formação de professores do ensino na rede pública.

No Rio Grande do Sul, o bacharelado interdisciplinar é o primeiro, e não existe ainda uma cultura solidificada de ensino interdisciplinar nas universidades públicas ou privadas. “É uma proposta de formação, mas não de profissionalização. As nossas dificuldades são as mesmas que outras universidades já tiveram em outros estados, mas a UFABC (Universidade Federal do ABC), por exemplo, vem tendo sucesso”, considera o coordenador acadêmico do Câmpus Litoral Norte, Ronaldo Waschburger.

Há, no entanto, diversas vantagens de acordo com o professor. Em geral, muitas pessoas ingressam no ensino superior sem saber exatamente o que esperar do curso. No bacharelado, considera Waschburger, a grande vantagem é ir direcionando a carreira de acordo com a possibilidade de conhecer melhor o que se vai fazer mais adiante. Outra vantagem é a

concorrência mais bem distribuída, considerando que um bom candidato pode não entrar em um curso muito concorrido. O aluno pode traçar um perfil próprio de disciplinas e, com a terminalidade, ficará mais direcionado ao que pretende atuar. “O ensino interdisciplinar tem relação com o mundo do trabalho porque as pessoas não trabalham mais sozinhas, mas em equipes”, resume.

Anualmente, inscreve-se menos de um candidato para cada uma das 180 vagas ofertadas. Ou seja, no momento, há mais oferta do que demanda de estudantes por uma cadeira na universidade pública. Engenharias de Gestão de Energia e de Serviços têm maior procura, enquanto outros cursos, como o de Geografia de Desenvolvimento Regional, têm interesse menor.

No momento, o foco primordial é a maior divulgação dos cursos ofertados, de acordo com o coordenador acadêmico. Visitas a escolas do litoral norte estão sendo realizadas com esse objetivo. “Recebemos informações sobre os públicos e divulgamos

ao mesmo tempo. Não é uma questão de sobrevivência, mas de bom aproveitamento dos recursos públicos. É claro que o crescimento natural e o preenchimento das vagas vão ocorrer, mas é importante aproveitar os recursos humanos e a estrutura estabelecida aqui na praia.”

Um grupo de servidores discute internamente formas para mudar a realidade da baixa procura pelas vagas ofertadas no Câmpus Litoral Norte. O professor Ronaldo ressalta que é difícil ter acesso aos evadidos e saber as razões para o abandono do curso. No entanto, o grupo de docentes sabe que os alunos querem oferta das graduações em um único turno, não necessariamente à noite, para que eles tenham a oportunidade de estudar e trabalhar. Até o momento, foi possível disponibilizar as disciplinas das terminalidades no turno da noite. “Estamos trabalhando na reformulação do currículo, estudando as disciplinas e os pré-requisitos para oferecer o bacharelado interdisciplinar em um turno. O impacto direto será uma duração maior do curso”, considera.



# Carência de serviços essenciais

“Nosso papel como Universidade é chegar para agregar o debate, ajudar a formar os interessados no desenvolvimento regional, promover o diálogo com os atores sociais das comunidades.”

Anelise Rambo

A falta de articulação na formulação e execução de políticas públicas e nos projetos é um dos principais fatores para que o desenvolvimento regional seja apenas uma meta, e não uma prática concreta. A professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS Luciana Leite Lima ressalta que a estrutura do Estado contribui para a fragmentação setorial. “Cada problema é encaminhado por uma estrutura burocrática setorial que percebe a situação de uma forma muito limitada. O desenvolvimento coloca em xeque essa forma de fazer política, pois exige uma percepção multidimensional dos problemas. Assim, exige integração e coordenação das políticas públicas em torno de sua efetividade.”

Nesse sentido, o saneamento básico é um dos temas vitais para articular saúde e bem-estar da população com o cuidado ao meio ambiente. Entretanto, esse é um dos principais problemas ligados ao uso da água e ao tratamento de rejeitos na região litorânea no diz respeito à qualidade dos mananciais e à balneabilidade das praias, principalmente nos meses de verão, quando a população, em alguns casos, chega a quadruplicar. O lançamento de esgoto doméstico sem tratamento nos corpos hídricos da região e no mar contribui para a degradação das fontes de água e acaba por contaminar as praias, locais de contato direto com a população.

De acordo com o último censo demográfico do IBGE, 62,5% dos domicílios do litoral estão conectados à rede geral de água – percentual abaixo das médias no estado e no país. Dentre os municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Litoral, ainda há discrepâncias maiores. Conforme o relatório da Secretaria Estadual do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, ao examinar as taxas dos municípios, constata-se que estas variam de 24,5% em cidades como Mostardas, por exemplo, a 95,9% em Imbé, o que mostra um abismo na prestação de um serviço essencial.

O nível de universalização dos sistemas de esgotos no litoral é muito desigual. Mesmo nos municípios em que há redes mais organizadas, o nível de resíduos domésticos liberados sem qualquer tratamento é elevado. Conforme dados da Corsan, cidades como Capão da Canoa e Torres tratam 60% do esgoto. Em Tramandaí, as ligações em redes de esgotamento caem para 29%, enquanto em cidades como Imbé e Osório caem para zero.

**Caso jurídico** – O caso de Osório é uma batalha judicial antiga com o município vizinho, Santo Antônio da Patrulha. Concluída desde 2014, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Osório está sob os efeitos do tempo, sem utilização.

O Ministério Público em Santo Antônio ajuizou ação civil pública contra Osório e a Corsan por falta de estudo de impacto ambiental.

O temor é que a operação da estação comprometa o corpo hídrico da Lagoa dos Barros, já que a estação de tratamento foi construída junto ao lago que banha os dois municípios. “Acreditamos que toda obra que tem como objetivo tratar o esgoto, beneficiando ou não o vizinho, é importante porque é indicadora também de preservação ambiental. Mas o fato é que não sabemos qual será o impacto sobre o meio ambiente de Santo Antônio da Patrulha. Eles não respeitaram a legislação ambiental e, obviamente, isso é cobrado de qualquer ente que vá construir um empreendimento com impacto ambiental. Conforme os relatos presentes no processo, a prefeitura ficou sabendo quando a ETE já estava em andamento”, considera a promotora Graziela da Rocha Veleda.

No final do ano passado, a 2.<sup>a</sup> Vara de Santo Antônio da Patrulha proferiu sentença permitindo que a estação opere mediante o cumprimento de alguns pré-requisitos. Então, a juíza Sandra Regina Moreira determinou que fosse formada uma equipe técnica, que sejam colhidas amostras de água da Lagoa dos Barros periodicamente e que sejam emitidos relatórios constantemente. Dessa forma, a Corsan inauguraria a ETE em junho, mas uma nova decisão judicial manteve a estação inoperante.

O município de Santo Antônio da Patrulha ingressou com recurso junto ao Tribunal de Justiça. Assim, uma liminar suspende os efeitos da sentença. O prefeito de Osório, Eduardo Abraão, repudia o imbróglio. “É um prejuízo muito grande porque há uma questão ambiental fundamental que é deixada de lado. Enquanto essa estação está paralisada, todo o esgoto de Osório está poluindo a Lagoa do Marcelino, que acaba escoando para outras lagoas e chega ao mar. Um estudo encomendado pela Corsan, fundamental para a sentença favorável pela operação da ETE, mostrou que o impacto ambiental do recebimento do resíduo do esgoto tratado de Osório é imensamente menor do que colocar o esgoto in natura diretamente em uma lagoa no centro de Osório. Essa situação é o cúmulo do absurdo”, critica. Não há prazo para que o Tribunal de Justiça emita sentença confirmando ou modificando a sentença de primeiro grau.

**Gargalo** – O secretário de Desenvolvimento, Turismo e Planejamento de Osório, Rossano Teixeira, também lamenta a morosidade na liberação do uso da estação de tratamento e compara com a liberação de licenças para empreendimentos

imobiliários na região. “Ninguém prega que não se tenha desenvolvimento sustentável. Não queremos fazer como Santa Catarina, que estragou demais, porém nem ao céu nem à terra. Nossos técnicos do meio ambiente e o ministério público são muito rígidos, é uma questão até ideológica. Num determinado local da cidade, há uma figueira, e um empresário pretendia construir um edifício, o que geraria imposto e empregos durante a construção. A área ambiental barrou, sendo que existe uma legislação que permite a transplantação da árvore para outro local”, considera.

Já a promotora Graziela entende que, quando possível, sempre é viável chegar a um meio termo. “O reflexo de um meio ambiente que a gente não cuida não vem para nós, mas para nossos filhos, netos e bisnetos. A regulamentação do ambiente existe para ser seguida, mesmo que esteja sempre sendo alvo de ataques. Temos instrumentos legais para nos preocuparmos com a preservação do meio ambiente e também com o desenvolvimento econômico”.

O político diz que o problema é conciliar espaços onde estão as árvores e o crescimento das cidades. Rossano ainda utiliza exemplos de locais de preservação ambiental em que são instaladas ocupações, mesmo que os moradores corram risco em áreas de encostas ou margens de rios e lagoas.

Em lugar do enfrentamento de interesses, a concertação entre prefeituras, ONGs, agricultores, pescadores, ambientalistas, moradores das cidades e empresários é a chave para o desenvolvimento sustentável da região, destaca a coordenadora substituta da Comissão de Graduação do curso de Desenvolvimento Regional, Anelise Rambo. A professora aponta que o litoral norte poderia se espelhar na região noroeste do estado, onde o cooperativismo é extremamente forte, agregando jovens que ainda têm o desejo de permanecer no campo e empreender, da mesma forma que universidades foram levadas para a região por conta da organização da comunidade.

“O litoral norte é uma das regiões mais empobrecidas do Estado, por outro lado, tem grandes e variadas potencialidades a serem fomentadas. Até mesmo a localização da região é estratégica. É próxima à capital e é de fácil acesso, via Freeway e BR 101, mais bem localizada, se comparada à Serra, por exemplo, outra importante região turística do Estado. Nosso papel como Universidade é chegar para agregar o debate, ajudar a formar os interessados no desenvolvimento regional, promover o diálogo com os atores sociais da comunidade. Não chegamos para ensinar. As pessoas aqui sabem quais são suas necessidades”, finaliza.